

Campanha Salarial: patrões ameaçam acabar com direitos fundamentais

Acabar com direitos fundamentais conquistados com muita luta pelos trabalhadores nos últimos anos. É isso que os patrões propuseram às entidades representativas dos vigilantes nas primeiras reuniões de negociação da Campanha Salarial Unificada de 2017. Para barrar essa investida sem precedentes aos direitos trabalhistas, o Sindicato convoca os vigilantes a se manterem mobilizados para a grande batalha que vem pela frente em defesa dos seus direitos e para se avançar nas conquistas.

PÁGINA 3



ASSEMBLEIAS

BELO HORIZONTE

Dia: 29.11.2016. Horários: 7h30 e 19h.
 Local: Sede do Sindicato (Rua Curitiba, nº 689, 9º andar, Centro).

GOV. VALADARES

Dia: 17.11.2016. Horário: 19 horas.
 Local: União Operária (Rua São João, nº 558, Centro).

TEÓFILO OTONI

Dia: 18.11.2016. Horário: 19 horas.
 Local: Hotel Palmeiras (Rua José Augusto Marx, nº 43, bairro São Diogo).

SÃO JOÃO DEL-REI

Dia: 19.11.2016. Horário: 9 horas.
 Local: Sindicato dos Metalúrgicos de São João del-Rei.

UBERABA

Dia: 19.11.2016. Horário: 9 horas.
 Local: Subsede do Sindicato (Rua João Pinheiro, nº 363, Centro).

VARGINHA

Dia: 19.11.2016. Horário: 9 horas.
 Local: Hotel Carajás (Rua Ruy Barbosa, nº 348, Centro).

IPATINGA

Dia: 21.11.2016. Horário: 19 horas.
 Local: Subsede do Sindicato (Rua Belo Horizonte, nº 341-C, Centro).

POUSO ALEGRE

Dia: 22.11.2016. Horário: 19h30.
 Local: Subsede do Sindicato (Rua Marechal Deodoro, nº 524, Centro).

SETE LAGOAS

Dia: 22.11.2016. Horário: 19 horas.
 Local: Câmara Municipal (Av. Getúlio Vargas, nº 111, 3º andar, Centro).

BETIM

Dia: 23.11.2016. Horário: 19 horas.
 Local: Sindicato dos Metalúrgicos (Rua Santa Cruz, nº 811, Centro).

DIVINÓPOLIS

Dia: 23.11.2016. Horário: 19h30.
 Local: Sindicato dos Bancários (Rua 1º de Junho, nº 420, sobreloja 2, Centro).

ITABIRA

Dia: 24.11.2016.
 Horário: 19 horas.
 Local: Sindicato dos Rodoviários.

OURO PRETO

Dia: 25.11.2016. Horário: 18h30.
 Local: Anexo do Museu da Inconfidência (Praça Tiradentes, nº 139, Centro).

CONTAGEM

Dia: 25.11.2016. Horário: 19 horas.
 Local: Auditório da Efaseg (Rua Jequitibá, em frente à estação do metrô Eldorado).

VESPASIANO

Dia: 25.11.2016. Horário: 19h30.
 Local: Sindicato dos Metalúrgicos (Rua João Barbosa Fonseca, nº 75, Centro).

UBÁ

Dia: 26.11.2016. Horário: 10 horas.
 Local: Sindicato dos Marceneiros (Rua Major Tito César, 91, Centro).

Medidas de Temer são trágicas para a classe trabalhadora

O Sindicato tem acompanhado com preocupação as investidas do governo golpista de Michel Temer (PMDB) sobre os direitos dos trabalhadores. Mal tomou posse, Temer propõe uma série de medidas que ameacem direitos conquistados com muita luta ao longo de décadas.

PEC 241

Dentre as principais ameaças destiladas recentemente por Temer está o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241 (atual PEC 55), que acaba de ser aprovada pela Câmara dos Deputados e deverá ir à votação no Senado em bre-

ve. Apelidado de “PEC da morte”, o projeto congela os investimentos públicos por 20 anos, afetando principalmente as áreas da Saúde, Educação e Assistência Social.

Prevalência do negociado sobre o legislado

Outra investida que pode ser trágica para a classe trabalhadora é a prevalência do negociado sobre o legislado, em que os acordos celebrados entre os patrões e empregados passam a ter mais força (prevalência) do que as leis trabalhistas (legislado). Isso poderá resultar, por

exemplo, na divisão das férias em três ou mais períodos durante o ano; na divisão do pagamento ou fim do 13º salário; ou até mesmo na ampliação da jornada de trabalho.

Idade mínima para aposentadoria

Temer também quer a todo custo impor uma idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres, que passaria a ser de 65 anos. Atualmente, os homens podem se aposentar com 35 anos de contribuição à Previdência e as mulheres com 30 anos, direito que será perdido caso Temer consiga aprovar seu intento.

Decisões do STF também podem prejudicar os trabalhadores

Não bastasse os ataques de Temer, decisões tomadas recentemente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) também podem prejudicar a classe trabalhadora.

Exemplo disso é a decisão tomada pelo ministro Gilmar Mendes, no dia 15 de outubro, que suspendeu, por meio de liminar, os efeitos de decisões da Justiça do Trabalho sobre a ultra-

tividade de convenções ou acordos coletivos de trabalho. Isso significa que, a partir de agora, os trabalhadores ficam totalmente desprotegidos quanto aos seus direitos, principalmente se não houver acordo na época da data-base. Ou seja, os trabalhadores correm o sério risco de ficar sem direitos básicos, como recebimento do piso salarial, tíquete refeição e

cesta básica, entre vários outros.

Antes dessa medida, um entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 277) previa que, caso não houvesse acordo entre patrões e empregados, permaneceriam válidos os direitos previstos em convenção ou acordo coletivo anterior, até a realização de novas negociações entre as partes.

Ação do Sindicato garante intervalo intrajornada no banco Santander

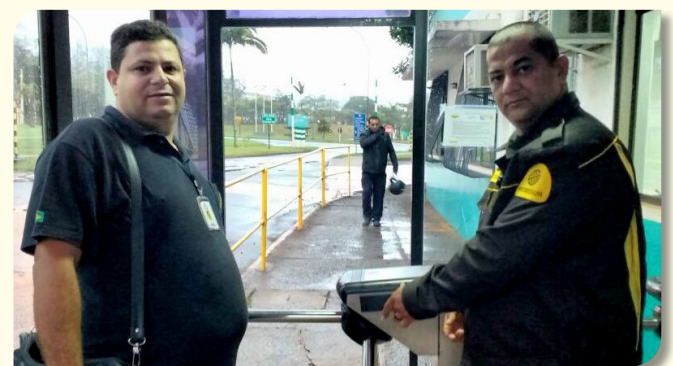
Trabalhadores que prestam serviços no banco Santander denunciaram que a instituição não estava respeitando o intervalo para almoço (intra-jornada) dos vigilantes, obrigando-os a realizarem suas refeições

no início ou final do expediente. Para fazer valer os direitos dos trabalhadores, já que essa medida contraria o entendimento do Ministério do Trabalho, que prevê que

o intervalo para almoço deve ocorrer no meio da jornada, para que os trabalhadores possam fazer suas refeições e descansar, o Sindicato notificou as empresas que prestam serviços ao banco.

Com a intervenção do Sindicato, finalmente as empresas e o banco voltaram atrás e passaram a cumprir a legislação trabalhista, que diz respeito à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores.

Itabira: Luta do Sindicato garante reintegração de vigilante



O vigilante Whashington Martins, na foto com o diretor do Sindicato em Itabira Agnélio Vieira (à esquerda), foi reintegrado ao trabalho no dia 27 de setembro. Demitido injustamente pela Prosegur, o trabalhador teve seus direitos resgatados após a assessoria jurídica do Sindicato denunciar o caso à Justiça do Trabalho.

União e mobilização: armas para barrar fim de direitos históricos

A Campanha Salarial de 2017 exige a união de toda a categoria junto aos sindicatos e uma mobilização ainda maior para barrar a sanha dos patrões em acabar com direitos fundamentais dos trabalhadores obtidos com muita luta e se avançar nas conquistas.

Isso porque, nas primeiras reuniões de negociação das reivindicações da Campanha Salarial Unificada, realizadas em Belo Horizonte, a patronal teve a ousadia de propor o fim de uma série de direitos fundamentais dos trabalhadores e de reduzir outros tantos (veja no quadro ao lado).

Para o presidente do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro, os patrões, além da tradicional choroadeira de sempre, se aproveitam da retração econômica no País e da agenda do governo golpista de Michel Temer (PMDB) - que tem dificultado as negociações e ameaçado impor grandes derrotas

aos trabalhadores - para acabar com direitos ou limitá-los ao máximo.

“Vivemos um dos momentos mais difíceis, em que o governo federal e a patronal têm se unido para ameaçar direitos históricos, conquistados com muita luta ao longo dos últimos anos. Isso significa um retrocesso absurdo e prejuízos incalculáveis”, avalia.

Com essas investidas do governo e dos patrões, essa deve ser uma das campanhas salariais mais difíceis, que exigirá dos trabalhadores e trabalhadoras, verdadeiros guerreiros e guerreiras, muita disposição de luta e união aos sindicatos nesta verdadeira batalha pela preservação dos direitos trabalhistas.

“Diante desse cenário de incerteza, não há outra forma de superar as dificuldades que se apresentam nesta Campanha Salarial, que não seja a mobilização. O que fará a diferença para alcan-

çarmos nossos objetivos é a conscientização e participação de cada trabalhador e de cada trabalhadora juntamente com o Sindicato e as demais entidades representativas”, reafirma o presidente do Sindicato.

A pauta de reivindicações da Campanha Salarial Unificada de 2017 foi entregue aos patrões no dia 25 de outubro, após debater com a categoria as reivindicações da Campanha Salarial em assembleias realizadas entre os dias 6 e 21 de setembro, na Capital e outras 16 cidades do interior.

Desde então, já foram realizadas duas rodadas de reuniões de negociações na sede do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG), que contou com a participação do Sindicato e das demais entidades representativas dos vigilantes no Estado.



JUSTAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

- ✓ Reajuste salarial com ganho real mais adicional de periculosidade de 30%;
- ✓ Fornecimento de 30 tíquetes de R\$ 30,00;
- ✓ Fornecimento de tíquetes nas férias;
- ✓ Pagamento de adicional noturno de 100%;
- ✓ Manutenção da jornada de trabalho de 12X36 horas;
- ✓ Recebimento de Participação nos Lucros ou Resultados;
- ✓ Plano de saúde e odontológico gratuito para dependentes;
- ✓ Melhoria das condições de trabalho.



PROPOSTAS ABSURDAS DOS PATRÕES

- ✗ Fim da escala de trabalho de 12X36 horas;
- ✗ Redução da jornada de trabalho com redução de salário;
- ✗ Fim do piso salarial;
- ✗ Fim do plano de saúde;
- ✗ Fim da cesta básica;
- ✗ Fim do tíquete para quem trabalha em jornada inferior a 6 horas;
- ✗ Aumento do desconto do tíquete para 20%;
- ✗ Limitar o prazo de entrega de atestados médicos;
- ✗ Pagamento de diária de apenas R\$ 1,25 por hora para o pessoal da Escolta; entre outros.

Sindicato mobiliza vigilantes contra demissões na Fhemig

Uma grande manifestação foi realizada em frente à administração da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig), em Belo Horizonte, no dia 31 de outubro, em protesto contra a demissão em massa de vigilantes e profissionais de saúde terceiriza-

dos que prestam serviços na instituição.

A manifestação, realizada conjuntamente pelo Sindicato, Sind-Saúde e representantes dos trabalhadores na MGS, contou com a participação de dezenas de trabalhadores, que chegaram a ocupar a sede

administrativa do órgão. O ato foi encerrado após a confirmação de uma reunião nos próximos dias, entre os sindicatos, representantes da Fhemig e do governo estadual, para tratar da questão.

“Cobramos do governador Fernando Pi-

mentel (PT) a suspensão imediata das demissões e a abertura das negociações. Vamos resistir até o fim contra essa arbitrariedade que ameaça o emprego de centenas de pais e mães de famílias, dentre os quais cerca de 350 vigilantes”, disse o presidente do

Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro;

Para ele, os vigilantes que prestam serviços para o Estado devem se manter mobilizados e unidos ao Sindicato para barrar quaisquer tentativas de demissões em outros setores do governo.

Sindicato garante direitos de ex-empregados da Concreta/Caixa, Inova/Caixa e Protex/Cemig

O Sindicato, por meio do seu Departamento Jurídico, acaba de conquistar na Justiça do Trabalho mais três importantes vitórias para os vigilantes de Minas Gerais. Desta vez, os beneficiados são os ex-empregados da Concreta/Caixa, Inova/Caixa e Protex/Cemig:

CONCRETA/CAIXA

A fim de encerrar a primeira fase do processo ajuizado em favor dos ex-empregados da Concreta Vigilância que prestavam serviços para a Caixa Econômica Federal (CEF) em cidades do Vale do Aço, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce, o Sindicato convoca os

trabalhadores que ainda não receberam seus direitos para que procurem a subsede da entidade no Vale do Aço ou os advogados Guilherme (31-9-8792-1532) ou Marcela (31-9-8792-1523) o mais breve possível.

Confira a relação dos nomes dos trabalhadores convocados no Facebook ou no site do Sindicato (www.ovigilante.org.br). A subsede no Vale do Aço fica na Rua Belo Horizonte, 341C, Centro, em Ipatinga. O telefone é (31) 3823-9083.

INOVA/CAIXA

O Sindicato comunica aos ex-empregados da Inova Vigilância que prestavam serviços na

Caixa Econômica Federal (CEF) que a Justiça do Trabalho liberou o pagamento do valor reconhecido pelo banco referente ao processo coletivo movido pela entidade desde 2009, em prol de 358 trabalhadores.

Assim sendo, o Sindicato solicita aos vigilantes que fazem parte do processo para que entrem em contato com o Departamento Jurídico o mais breve possível, pelos telefones (31) 3270-1300 ou 3270-1334, a fim de receber seus direitos.

Para que os trabalhadores não sofram quaisquer prejuízos, o Sindicato recorreu da decisão da Justiça, pleiteando o pagamento do valor reivindicado pela enti-

dade no processo. Com isso, a Justiça nomeou um perito para analisar a ação, que não tem prazo para se pronunciar sobre a possibilidade de pagamento do valor remanescente.

PROTEX/CEMIG

Os ex-empregados da Protex Vigilância que prestavam serviços na Cemig e que fazem parte do processo coletivo movido pelo Sindicato contra a empresa desde 2013 devem entrar em contato com o Departamento Jurídico da entidade, das 8h às 12h, pelo telefone (31) 3270-1334, para receber seus direitos.

Recentemente, a

Justiça do Trabalho liberou o valor reconhecido pela Cemig, cujo pagamento já está sendo feito, beneficiando a 86 trabalhadores.

Para que os trabalhadores recebam o valor remanescente da causa, que o Sindicato entende ser o correto, o Departamento Jurídico da entidade recorreu da decisão da Justiça e ingressou com um agravo de petição junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), tendo em vista que o juiz voltou atrás nos embargos à execução e homologou os cálculos da Cemig sem calcular os 40% sobre o saldo total do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

TBI: Sindicato vai à Justiça contra empresa pelo cumprimento da Convenção Coletiva e da CLT

O Sindicato denunciou a TBI Vigilância à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais (SRTE) por descumprir a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

De acordo com denúncias feitas à entidade, a empresa não tem respeitado direitos como o descanso se-

manal remunerado e nem a extensão de jornada do adicional noturno. A TBI também estaria contratando horistas para trabalhar nos finais de semana com salário menor e em horários não previstos na CCT.

Ao invés de reconhecer o erro e regularizar a situação, a empresa solicitou à SRTE que desconsidere as reclamações feitas pela entidade.

O Sindicato, entretanto, reitera as cobranças para que a TBI Vigilância cumpra a legislação trabalhista e respeite seus empregados e, por meio do seu Departamento Jurídico, já está ingressando com ação na Justiça do Trabalho a fim de garantir os direitos dos vigilantes. Para a direção do Sindicato, basta de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

Sindicato aciona a Justiça para evitar calote da Minasegur

O Sindicato, por meio do seu Departamento Jurídico, está fazendo um levantamento do número de trabalhadores e respectivos setores da Minasegur para ingressar com ações na Justiça do Trabalho com o objetivo de assegurar os direitos dos empregados da empresa.

Recentemente, a Minasegur fechou as portas sem dar qual-

quer satisfação aos empregados, abandonando-os à própria sorte em seus postos de trabalho.

O Sindicato também já está acionando os contratantes da Minasegur para que possam responder solidariamente pela inadimplência da empresa, conforme estabelece a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).